



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE
BELFORD ROXO

PROCESSO N.º 01556/2021 – EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2021

1. - PREÂMBULO

1.1. – A **CÂMARA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO**, localizado na Av. Jose Mariano dos Passos, 1214, Centro, Belford Roxo - RJ, faz saber que, **às 14:30 (quatorze e trinta) horas do dia 20 de outubro de 2021**, através do seu Pregoeiro, receberá na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Av. Jose Mariano dos Passos, 1214, Centro, Belford Roxo - RJ, os envelopes contendo a Proposta Comercial e a Documentação das empresas, interessadas em participar desta Licitação, cujo Edital recebeu o número **010/2021**;

1.2. – A realização desta Licitação foi devidamente autorizada, pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, conforme o **Processo n.º 01556/2021**.

1.3. – A Licitação que será do **TIPO MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**, na **MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – SRP** e reger-se-á pela legislação aplicável à espécie, em especial pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, Lei Complementar n.º 147 de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto Municipal n.º 2.510 de 18 de fevereiro de 2009, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais;

1.4. – A abertura dos envelopes, contendo a proposta das licitantes, terá início **às 14:30 (quatorze e trinta) horas do dia 20 de outubro de 2021**.

2. - OBJETO

2.1. – Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de controle de acesso, para realizar o controle de entradas e saídas da Câmara Municipal de Belford Roxo.

2.2. – Os materiais/produtos deverão atender às especificações contidas no **ANEXO I – Termo de Referência**, que é parte integrante e inseparável deste EDITAL.

2.3. – Justifica-se tais aquisições, para atender as necessidades desta Casa Legislativa.

- **Catraca** – A catraca tem a finalidade de trazer mais controle e organização, além de gerar mais segurança a todos que trabalham e/ou frequentam as dependências deste órgão público, assegurando que somente pessoas devidamente cadastradas tenham acesso as dependências desta Câmara Municipal.
- **Controle de Acesso** para os setores administrativos – O controle de acesso tem por finalidade a restrição de pessoas não autorizadas aos ambientes administrativos, proporcionando mais segurança aos funcionários, aos arquivos, materiais e equipamentos contidos nos setores.

Estas ações objetivam em dotar a Câmara Municipal de Belford Roxo de infraestrutura adequada para a melhoria da segurança tanto dos vereadores quanto dos funcionários, materiais e arquivos dos setores administrativos e visitantes.

2.4. – Em atendimento ao inciso I, do artigo 48, da Lei Complementar n.º 123/06, esta licitação será exclusiva para licitantes enquadrados no regime do referido diploma legal (ME/EPP/MEI/COOPERATIVAS).



3. - PARTICIPAÇÃO

3.1. – Somente poderão participar desta licitação as empresas que atendam as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, nos seguintes termos:

3.1.1. – Para todos os itens constantes neste Edital – Exclusivamente para ME / EPP / MEI / SOCIEDADES COOPERATIVAS, as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI e Sociedades Cooperativas que observem o art. 34, da Lei nº 11.488/07, nos termos dos incisos I e III, do art. 48 da lei Complementar nº 123/2006.

3.2 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.3 – O interessado, que se enquadre em uma das hipóteses abaixo, estará impedido de participar de qualquer fase do processo de licitação e de ser contratado:

I – cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CMBR;

II – que esteja cumprindo penalidade de suspensão aplicada pela CMBR;

III – que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública – Federal, Estadual e Municipal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV – que seja constituída por sócio de empresa que estiver suspensa ou impedida pela CMBR ou declarada inidônea na forma do inciso III deste item;

V – cujo administrador seja sócio de empresa suspensa ou impedida pela CMBR ou declarada inidônea na forma do inciso III deste item;

VI – constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa ou impedida pela CMBR ou declarada inidônea na forma do inciso III deste item, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII – cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa ou impedida pela CMBR ou declarada inidônea na forma do inciso III deste item, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII – que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

IX – empresas que se encontrem em regime de falência, dissolução ou liquidação;

X – mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas;

XI – sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

3.3.1 – Aplica-se a vedação prevista no item 3.3:

I – à contratação do próprio empregado ou dirigente da CMBR, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II – a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, inclusive por adoção, com:

a) dirigente da CMBR;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE
BELFORD ROXO

PROCESSO N°. 01556/2021 – EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N°. 010/2021

b) empregado da CMBR cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridade do ente público a que a CMBR está vinculada.

III – cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CMBR há menos de 6 (seis) meses.

3.4 – Não será causa de impedimento de participação em qualquer fase do certame licitatório a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.

4. - PRAZO DE FORNECIMENTO

4.1. – O prazo para o fornecimento será de até 30 (trinta) dias, e começará a fluir a partir da emissão da Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento.

5. - PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

5.1. – O valor total estimado pela Administração para o fornecimento dos materiais, objeto deste Pregão, foi de **R\$ 14.531,72 (Quatorze mil, quinhentos e trinta e um reais e setenta e dois centavos)**, conforme o **ANEXO III – Planilha Orçamentária** deste Edital.

6. - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. – A despesa, que decorrer desta Licitação está prevista para o presente exercício e já está compromissada por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte
01.01.01.031.052.2.001.000	4.4.90.52.000	000

7. - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. – A(s) licitante(s) que vier(em) a ser contratada(s), deverá(ão) apresentar a documentação para a cobrança respectiva através da Câmara Municipal de Belford Roxo, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação;

7.2. – Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a **CÂMARA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO**, CNPJ nº. 39.486.337/0001-96 e endereçados à Av. Jose Mariano dos Passos, 1214, Centro, Belford Roxo / RJ;

7.3. – O pagamento será efetuado pela **Câmara Municipal de Belford Roxo**, à(s) licitante(s) contratada(s) no 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais previstas, em especial a referente ao item 18, exclusivamente mediante crédito em conta corrente da(s) contratada(s);

7.4. – Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da **Câmara Municipal de Belford Roxo**, pagará à título de mora 1% (um por cento) ao mês, calculado sobre o valor devido, levando-se em consideração os dias em atraso;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE
BELFORD ROXO

PROCESSO N°. 01556/2021 – EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N°. 010/2021

7.4.1. – O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem 7.4, será efetivado mediante autorização expressa do Departamento de Contabilidade, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da(s) licitante(s) contratada(s);

7.5. – Caso a **Câmara Municipal de BELFORD ROXO** efetue o(s) pagamento(s) devido(s) à(s) licitante(s) contratada(s) em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontada a taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pró rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia do período final do adimplemento;

7.6. – Na hipótese do documento de cobrança emitido apresentar erros, fica suspenso o prazo para o respectivo pagamento, descrito no subitem 7.3, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova fatura isenta de erros.

8. – REAJUSTAMENTO

8.1. – Os preços que vierem a ser pactuados, por decorrência desta Licitação, serão fixos e irremovíveis exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de quebra do equilíbrio econômico-financeiro, situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado;

8.2. – Caso haja prorrogação de prazo contratual, os valores contratados poderão ser reajustados e o critério de reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme inciso XI do art. 40, Lei nº 8.666/93;

8.2.1. – A adoção do índice dar-se-á a partir da data de apresentação da proposta comercial;

8.3. – Inexiste a possibilidade de adoção pelas partes de qualquer espécie de atualização financeira.

9. – FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DA DOCUMENTAÇÃO

9.1. – A licitante deverá entregar ao Pregoeiro a sua Proposta Comercial e os seus Documentos de Habilitação em envelopes opacos, tamanho ofício, separados, fechados (colados ou lacrados), constando, em seus respectivos frontispícios, a razão social, o endereço da proponente e os seguintes dizeres:

9.1.1. - No envelope contendo a Proposta Comercial:

ENVELOPE “A”
“PROPOSTA COMERCIAL”
PREGÃO N°.010/2021

9.1.2. - No envelope contendo a Documentação:

ENVELOPE “B”
“DOCUMENTAÇÃO”
PREGÃO N°.010/2021



9.1.3. - Os dois envelopes deverão estar endereçados da seguinte forma:

A

CÂMARA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO

A/C do Pregoeiro

Av. Jose Mariano dos Passos, 1214 – Centro - BELFORD ROXO - RJ

9.2.– A licitante deverá entregar, juntamente com os envelopes de proposta de preços e habilitação, mas de **forma avulsa, sem inseri-la em qualquer dos dois envelopes mencionados acima**, a declaração (**ANEXO VI**) de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº. 10.520, de 17.07.2002;

9.3. – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a Proposta Comercial da licitante, nenhum outro envelope será recebido, nem tampouco será permitida a sua troca;

9.4. – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes no certame;

9.5. – No caso da sessão do pregão vir a ser, excepcionalmente, suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos;

9.6. – Todos os documentos de habilitação, apresentados pelas licitantes, deverão estar rubricados por seu representante legal ou preposto e numerados em sequência crescente, **também deverá constar índice relacionando os documentos e suas respectivas páginas**. Esta condição visa agilizar os procedimentos de conferência da documentação, o seu desatendimento não acarretará a inabilitação da licitante;

9.7. – Abertos os envelopes da(s) 1ª(s) classificada(s) no(s) preço(s) de cada item, todos os documentos neles contidos deverão ser rubricados pelos representantes das licitantes e pelo Pregoeiro.

10.- CREDENCIAMENTO

10.1. - As empresas participantes poderão ser representadas na sessão do pregão por seu representante legal, munido da sua carteira de identidade, ou de outra equivalente, original e cópia e do documento credencial (**ANEXO IV – Modelo de Credenciamento**) que lhe dê poderes para **formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recursos**, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

10.1.1. - Entende-se por documento credencial:

- a. **estatuto/contrato social**, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa licitante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE
BELFORD ROXO

PROCESSO N°. 01556/2021 – EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N°. 010/2021

- b. **procuração ou documento equivalente (ANEXO IV – Modelo de Credenciamento)** da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Pregão, juntamente com **estatuto/contrato social**, identificando/qualificando a pessoa que assina o documento.

10.1.2. - As Sociedades Anônimas deverão apresentar a cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do Conselho de Administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, que deverá evidenciar o devido registro na Junta Comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações;

10.2. - Os documentos mencionados nos itens 10.1 e 9.2 deverão ser entregues ao Pregoeiro fora de qualquer envelope, antes do início da sessão;

10.3. - As licitantes poderão apresentar mais de um representante ou procurador, ressalvada ao Pregoeiro a faculdade de limitar esse número a um, se considerar indispensável ao bom andamento das sessões públicas;

10.4. - É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório das licitantes envolvidas;

10.5. - Serão aceitas propostas encaminhadas por meros portadores que não estejam munidos dos documentos mencionados no item 10.1. A ausência desta documentação implicará na impossibilidade da formulação de lances após a classificação preliminar, bem como na perda do direito de manifestar intenção de recorrer das decisões do Pregoeiro, ficando o representante da licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.

10.6. – Microempresas e empresas de pequeno porte

10.6.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar, **fora dos envelopes**, declaração de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei (**ANEXO VII**).

10.7 – Os documentos apresentados para o credenciamento deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da CPLMS ou publicação em órgão da imprensa oficial. A exibição do documento original ao pregoeiro dispensa autenticação em cartório.

11. – DA PROPOSTA COMERCIAL

11.1. – O envelope “**A**”, com o título “**PROPOSTA COMERCIAL**”, deverá conter:

11.1.1. – a Proposta Comercial da licitante, em 01 (uma) via, no impresso padronizado fornecido pela Comissão de Licitação (**ANEXO II**) ou em documento idêntico elaborado pela licitante, devidamente preenchida, assinada pelo representante legal da empresa licitante ou por seu preposto legalmente estabelecido, e carimbada de acordo com as instruções contidas no próprio formulário;

11.2. – O prazo de validade da Proposta Comercial será de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega ao Pregoeiro;



11.2.1. – Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da **Câmara Municipal de Belford Roxo**, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

11.3. – Os preços serão apresentados em algarismos e por extenso e cotados em moeda nacional e englobarão todas as despesas relativas ao objeto contratado, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada, ressalvada a possibilidade de ser mantido o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

11.4. – Deverá ser entregue juntamente com seu formulário de proposta de preços a planilha de custos e formação de preço, ambos acondicionados no envelope de proposta.

11.5. - As Propostas Comerciais, que atenderem aos requisitos deste Edital, serão verificadas pelo Pregoeiro, quanto a erros aritméticos, que, caso necessário, serão corrigidos da seguinte forma:

11.5.1. - se for constatada discrepância entre o produto da multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: prevalecerá o preço unitário;

11.5.2. - se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;

11.5.3. - se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação ou divisão: o resultado corrigido será o considerado;

11.5.4. - caso a licitante não aceite as correções procedidas, sua Proposta Comercial será desclassificada.

12.– DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1.–No local, dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, deverão comparecer as licitantes, com a declaração mencionada no subitem 9.2 e com os envelopes “A” e “B”, apresentados na forma anteriormente definida;

12.2. - O julgamento do certame será realizado em uma ou mais sessões públicas; sempre com a lavratura da respectiva **ATA** circunstanciada, assinada pelas licitantes presentes, pelo Pregoeiro e demais membros da equipe de apoio;

12.3. - Após a fase de credenciamento das licitantes, na forma do disposto no item 10, o Pregoeiro procederá à abertura das propostas de preços, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos, com a consequente divulgação dos preços cotados pelas licitantes classificadas;

12.3.1. – Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**, observados os prazos máximos para o fornecimento do material e/ou execução dos serviços, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital e em seus anexos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE
BELFORD ROXO

PROCESSO N°. 01556/2021 – EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N°. 010/2021

- 12.4. – Serão qualificados pelo Pregoeiro para ingresso na fase de lances o autor da proposta de menor preço e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço;
- 12.5. - Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 12.4, o Pregoeiro proclamará a qualificação preliminar das licitantes com as três melhores propostas, além da licitante que tiver apresentado o menor preço na proposta escrita;
- 12.6. - O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes qualificadas, na forma dos itens 12.3 a 12.5, a apresentar os lances verbais, a começar pelo autor da proposta escrita de maior preço, seguido dos demais, em ordem decrescente de valor;
- 12.7. - Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será realizado sorteio, também, para determinação da ordem de oferta dos lances;
- 12.8. - O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o valor ou percentual mínimo para redução dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na Ata da Sessão;
- 12.9. - Somente serão aceitos lances cujos valores sejam inferiores ao último apresentado;
- 12.10. - A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante para efeito de ordenação das propostas;
- 12.11. - A desistência dos lances já ofertados sujeitará a licitante às penalidades previstas no item 17 deste edital;
- 12.12. - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, as licitantes qualificadas manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances, ou quando encerrado o prazo estipulado na forma do subitem 12.8;
- 12.13. - Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a(s) proposta(s) escrita(s) de menor(es) preço(s) e o valor estimado para a contratação, ficando vedada a aceitação da(s) proposta(s) de valor(es) unitário(s) superior(es) ao(s) estimado(s) no **ANEXO III – Planilha Orçamentária** edital, no(s) item(ns) correspondente(s);
- 12.14. - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da(s) primeira(s) classificada(s), quanto ao objeto e valor(es), decidindo motivadamente a respeito, ficando vedada a aceitação da(s) proposta(s) de valor(es) unitário(s) superior(es) ao(s) estimado(s) no **ANEXO III – Planilha Orçamentária** deste edital, no(s) item(ns) correspondente(s);
- 12.15. -O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a(s) licitante(s) vencedora(s) para que seja(m) obtido(s) melhor (es) preço(s) aceitável (aceitáveis), devendo esta(s) negociação(ões) se dar(em) em público e formalizada(s) em Ata;
- 12.16.-Sendo aceitável (aceitáveis) a(s) proposta(s) final (finais) classificada(s) em primeiro lugar, após negociação com o Pregoeiro, será (ão) aberto(s) o(s) envelope(s) contendo a documentação de habilitação da(s) licitante(s) que a(s) tiver(em) formulado, **para confirmação das suas condições de habilitação, descritas no item 13 deste edital**, assegurado ao já cadastrado no Certificado de Registro Cadastral –



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE
BELFORD ROXO

PROCESSO N°. 01556/2021 – EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N°. 010/2021

CRC o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão de apreciação e julgamento dos documentos;

12.17. - Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas no edital, o Pregoeiro declarará a(s) licitante(s) vencedora(s), adjudicando a ela(s) o objeto do certame, caso nenhuma licitante manifeste a intenção de recorrer;

12.18. - Caso a(s) licitante(s) vencedora(s) desatenda(m) as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta ou o atendimento das exigências de habilitação, até que uma licitante cumpra as condições fixadas neste edital, sendo o objeto do certame, no(s) item(ns) correspondente(s), a ela adjudicado, quando constatado o desinteresse dos demais licitantes na interposição de recursos;

12.19. - Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes, e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e demais membros da equipe de apoio, bem como pelas licitantes presentes. A recusa da(s) licitante(s) em assinar a Ata, bem como a existência de participante(s) ausente(s) naquele momento, será circunstanciada em Ata;

12.20. - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a retirada do empenho pela(s) adjudicatária(s), devendo as referidas licitantes retirá-los no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados a partir dessa data, sendo que após expirado este prazo, os mesmos, juntamente com seus conteúdos, serão destruídos.

13. – DA HABILITAÇÃO

Sob pena de inabilitação e conseqüente eliminação automática desta Licitação, a licitante deverá incluir no envelope “B”, com o título “DOCUMENTAÇÃO”, os seguintes documentos em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da Imprensa Oficial de que trata o subitem 23.4, relativos, no que couber, ao domicílio ou sede da licitante:

13.1. - HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.1.1 – Identidade dos sócios que constem no contrato social;

13.1.2 - Registro na Junta Comercial, no caso de firma individual;

13.1.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

13.1.4 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

13.1.5 - Decreto de autorização, devidamente arquivado, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



13.2. - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

13.2.1 – Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ, antigo - C.G.C.) do Ministério da Fazenda;

13.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.2.3– Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei;

a - A comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser feita através de Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativa à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (Portaria Conjunta PGFN/CRF n° 03 de 22/11/2005, alterada pela Portaria Conjunta PGFN/CRF n° 01, de 19/05/2006);

b- A comprovação de Regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativa ao ICMS, juntamente com a Certidão de Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria Geral do Estado – PGE ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual.;

c - A comprovação de Regularidade para com a Fazenda Municipal do Domicílio do licitante deverá ser feita através de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativa ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e/ou da Certidão da Dívida Ativa Municipal;

13.2.4– Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF;

13.2.5 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

13.2.6 – Poderá ser apresentada pela licitante, Certidão Positiva com efeitos de Negativa, para fim de comprovação de adimplência com o órgão competente, de acordo com o disposto no art. 206 do Código Tributário Nacional – CTN;

13.3. – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.3.1 – Atestado de Capacidade Técnica, que comprove que a aludida empresa já forneceu os produtos/materiais relacionados no Termo de Referência (Anexo I), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos serviços/materiais;

13.4. – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

13.4.1 – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, assinado por contabilista habilitado e vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE
BELFORD ROXO

PROCESSO N°. 01556/2021 – EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N°. 010/2021

a) **As empresas com tempo de existência inferior a 01 (um) ano, deverão apresentar declaração do Patrimônio Inicial, firmada por profissional habilitado ao CRC – RJ.** Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, esta deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente..

13.4.1.1 – Deverá ser apresentado após a data de 01 de maio do ano corrente, balanço patrimonial do ano-base **2020**, sendo aceito até 30 de abril o balanço patrimonial referente a **2019**.

13.4.1.2 – A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

13.4.2 – Prova do **Capital Social Registrado e Integralizado**, na forma de Lei, arquivado em órgão competente ou valor do patrimônio líquido, correspondente a 1% do valor estimado dos serviços, até a data de entrega dos envelopes.

13.4.3 - Certidões Negativas de Falência e Concordata e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedidas pelo(s) distribuidor(es) da sede da empresa com prazo de expedição não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data da entrega dos envelopes.

Qualquer prorrogação pertinente à validade de documentos apresentados deverá ser comprovada mediante a apresentação do ato que determinou publicado em veículo oficial de imprensa quando for o caso ou indicado no corpo do próprio documento, em local apropriado, sob pena de inabilitação.

13.5. - DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

13.5.1. - Declaração firmada pela licitante nos termos do modelo que integra o **ANEXO V** deste Edital, expressando que não possui menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e de acordo com o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº. 8.666/93, que foi acrescido pela Lei Federal nº. 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº. 4.358/02;

13.6 - CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

13.6.1 - Serão aceitos apenas o **CERTIFICADO DEREGISTRO CADASTRAL - CRC** expedidos pela **Comissão Permanente de Licitação - CPL** desta **Câmara Municipal de Belford Roxo** dentro do prazo de validade.

13.6.2. - O **CERTIFICADO DEREGISTRO CADASTRAL - CRC**, expedido pela **Comissão Permanente de Licitação – CPL** desta **Câmara Municipal de Belford Roxo**, poderá ser apresentado **opcionalmente** pelas licitantes, em substituição aos documentos ali elencados;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE
BELFORD ROXO

PROCESSO N°. 01556/2021 – EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N°. 010/2021

13.6.3. - Por Certificado de Registro Cadastral, devidamente atualizado, deve-se entender como aquele que se encontre com todos os documentos em vigor na data estabelecida no Preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos das licitantes;

13.6.4. – **O CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL terá validade de 12 (doze) meses, entretanto, as certidões vencidas deverão ser atualizadas e apresentadas antes ou no ato do certame, sob pena de INABILITAÇÃO da licitante.**

13.6.5. - As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

13.6.6. - **Não será admitida a participação de empresas:**

13.6.6.1. - declaradas inidôneas por ato da Administração Pública;

13.6.6.2. - que estejam cumprindo pena de suspensão do direito de licitar e de contratar com o Município e a Câmara de Belford Roxo;

13.6.6.3. - em consórcio ou grupo de empresas.

14. – DOS RECURSOS

14.1.– Ao final da sessão e declarada a licitante vencedora pelo Pregoeiro, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em Ata da síntese das suas razões, desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal. As licitantes poderão interpor recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões por igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

14.2. – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor;

14.3. – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

14.4. – Os recursos e as contra razões interpostos pelas licitantes deverão ser entregues na Divisão de Protocolo Geral da **Câmara Municipal de Belford Roxo**, localizado no Edifício-Sede, situado na **Av. Jose Mariano dos Passos, 1214**, Centro, Belford Roxo/RJ, das 13:00 às 17:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados;

14.5. – Os recursos e as contra razões serão dirigidos a Diretoria Geral da Câmara Municipal de Belford Roxo que encaminhará ao Pregoeiro, que no prazo de até 1 (um) dia útil, decidirá de forma fundamentada;

14.6. - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Pregoeiro adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

15. - CONDIÇÕES DE RETIRADA DO EMPENHO

15.1.–Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, será(ão) a(s) licitante(s) vencedora(s) convocada(s) para retirada do empenho(s);

15.2. – A **Câmara Municipal de Belford Roxo** convocará a(s) vencedora(s) do certame para retirar(em) o(s) empenho(s), em até 30 (trinta) dias, a contar data da publicação da homologação do resultado da licitação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE
BELFORD ROXO

PROCESSO N°. 01556/2021 – EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N°. 010/2021

15.2.1. - A convocação, a que se refere o subitem anterior, far-se-á, através de ofício, diretamente à(s) licitante(s) vencedora(s), dentro do prazo de validade de sua(s) Proposta(s);

15.2.2. - O prazo estabelecido no documento da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;

15.2.3. - Como condição para retirada do empenho, a(s) licitante(s) vencedora(as) deverá(ão) manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital;

15.2.4. - Se a(s) licitante(s) classificada(s) em primeiro lugar, nos itens correspondentes, não fizer(em) a comprovação referida no subitem 15.2.3 ou, injustificadamente, não atender(em) a convocação de que trata o subitem 15.2.1., recusando-se a retirar(em) o empenho, dentro do prazo estabelecido pela Diretoria Geral, estará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a(s) desistente(s) às penalidades cabíveis no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais;

15.2.5. - Em ocorrendo a hipótese prevista no subitem 15.2.4, serão convocadas, por ordem de classificação, as demais licitantes, para, após feita a nova negociação, comprovar os requisitos habilitatórios e, retirar o empenho;

16. - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

16.1. - DA(S) CONTRATADA(S)

16.1.1. – Fornecer e/ou executar o objeto do presente Edital, de 2ª a 6ª feira, no(s) horário(s) e local(is) estipulado(s) pela **Câmara Municipal de Belford Roxo**.

16.1.2.– Proceder o fornecimento e/ou execução dos serviços objeto do presente Edital de que for contratada, rigorosamente, no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas por este Edital e seus Anexos;

16.1.3. - Os deveres e obrigações da contratada serão suspensos se o fornecimento e/ou execução for obstado por motivo de greve, sabotagem, rebelião e/ou enchente, comprovadamente, imprevisíveis e alheios ao controle da mesma, devendo nesses casos o evento motivador da paralisação do fornecimento ser comunicado, formalmente, à **Câmara Municipal de Belford Roxo**, em 24 (vinte e quatro) horas de sua ocorrência.

16.2. - DA CONTRATANTE

16.2.1. – **A CÂMARA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO, por intermédio do Pregoeiro, poderá solicitar, na data da abertura dos envelopes da presente Licitação, a presença de funcionário desta Câmara Municipal, para análise das referências dos materiais ofertados pelas licitantes.**

16.2.2. - Designar o titular desta Câmara para acompanhar e fiscalizar o objeto do presente Edital, bem como atestar o recebimento dos materiais para os fins do item 18;



17. - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. - No caso de descumprimento, no todo ou em parte, das condições deste Edital, a **CÂMARA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO**, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como, no que couber, as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/02, em especial, as seguintes sanções:

17.1.1. - multa moratória de 0,2% (dois centésimos por cento) sobre o valor do CONTRATO, pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos no CONTRATO, aplicada por dia de atraso;

17.1.2. - multa administrativa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contratado, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal;

17.1.3. - As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a **Câmara Municipal de Belford Roxo** aplique as demais sanções legais cabíveis;

17.1.4. - As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Câmara à(s) contratada(s) ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93;

17.1.5.– A(s) licitante(s) que, convocada(s) dentro do prazo de validade da sua(s) proposta(s) não retirar(em) o empenho, deixar(em) de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar(em) o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver(em) a proposta, falhar(em) ou fraudar(em) na execução do objeto licitado, comportar-se (comportarem-se) de modo inidôneo ou cometer(em) fraude fiscal, poderá(ão), nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser(em) impedido(s) de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

18. - RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

18.1. –Depois de fornecido e/ou executado o objeto será recebido pelo titular da Câmara Municipal:

18.1.1. – provisoriamente, no prazo de até **15 (quinze)** dias corridos contados da comunicação escrita da CONTRATADA informando o término dos serviços, nos termos do art. 73, inciso I, alínea a, da Lei Federal nº 8.666/93.

18.1.2. – definitivamente, no prazo máximo de **15 (quinze)** dias corridos, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de vistoria que comprove a adequação do objeto ao consignado no **TERMO DE REFERÊNCIA** deste edital, nos termos do art. 73, inciso I, alínea b, da Lei Federal nº 8.666/93, e observando o disposto no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93.

18.2. – O recebimento provisório ou definitivo pela Câmara não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** pela solidez e segurança do produto e/ou serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto contratado, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este edital.



19. – PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

19.1. - O gerenciamento e a fiscalização do(s) objeto(s) contratado(s) caberá ao titular desta Câmara, que indicará um responsável para o recebimento, este determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, por um substituto.

19.2. - Ficam reservados, à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo nº **01556/2021** em tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para a **Câmara Municipal de Belford Roxo** ou modificação deste instrumento.

19.3. - As decisões, que ultrapassem a competência do fiscal da **Câmara Municipal** deverão ser solicitadas, formalmente, pela(s) **CONTRATADA(S)**, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

19.4. – A(s) **CONTRATADA(S)** deverá(ão) aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

19.5. – A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da(s) **CONTRATADA(S)**, no que concerne ao objeto contratado, às implicações próximas e remotas perante a **Câmara Municipal de Belford Roxo** ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da(s) execução(ões) contratual(contratuais) em causa não implicará(ão) em co-responsabilidade da **Câmara Municipal de Belford Roxo** ou de seus prepostos, devendo, ainda, a(s) **CONTRATADA(S)**, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato, à **Câmara Municipal de Belford Roxo**, dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

20. - ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL

Os anexos que integram este Edital, como partes inseparáveis, são os seguintes:

20.1. – Anexo I – Termo de Referência;

20.2. – Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

20.3. – Anexo III – Planilha Orçamentária;

20.4. – Anexo IV – Modelo de Credenciamento;

20.5. – Anexo V – Modelo de Declaração relativa a trabalho de menores;

20.6. – Anexo VI – Modelo de Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação;

20.7. – Anexo VII – Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

20.8. – Anexo VIII – Minuta de Contrato.



21. - CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL

21.1.- **Todas as informações e esclarecimentos necessários sobre o Edital serão prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, até dois dias úteis anteriores à data fixada neste Edital para recebimento das propostas**, das 13:00 às 17:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, situada na **Av. Jose Mariano dos Passos, 1214**, Centro, Belford Roxo/RJ;

21.2. - As impugnações interpostas deverão ser entregues na Divisão de Protocolo Geral da **CÂMARA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO**, situada **Av. Jose Mariano dos Passos, 1214**, Centro, Belford Roxo/RJ, das 13:00 às 17:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, e serão dirigidos ao Pregoeiro, até dois dias úteis anteriores à data fixada neste Edital para recebimento das propostas;

21.2.1. - Caberá ao Pregoeiro responder as impugnações deduzidas pelos potenciais licitantes antes da realização da sessão, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados;

21.3.- **As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via telefax, email, telegrama ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas;**

21.4. - Os documentos, exigidos para esta Licitação, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente, deverão ser datilografados ou impressos em papel timbrado da licitante, registrar o número desta Licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido. A exibição do documento original ao Pregoeiro dispensa a autenticação em cartório;

21.5.- Durante as sessões da Licitação, somente poderão se manifestar ao Pregoeiro e demais membros da equipe de apoio e um representante legal ou credenciado de cada licitante. Os demais presentes ao certame só poderão fazê-lo com a permissão do Pregoeiro;

21.6. - É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado diante dos requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou na documentação de habilitação;

21.7. - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

21.7.1. - A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta Licitação por razões de interesses públicos, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame, se constatado vício no seu processamento, respeitadas as disposições contidas no Art. 49 e seus parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE
BELFORD ROXO

PROCESSO N°. 01556/2021 – EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N°. 010/2021

21.7.1.1. - Ocorrendo à revogação ou anulação do certame, a decisão será publicada da mesma forma que se deu o Aviso do presente Pregão.

21.8. - O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, § 1º e 2º da Lei nº. 8.666/93.

21.9. - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

21.10. - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio.

21.11. - Os licitantes concordam em eleger o foro da Comarca de Belford Roxo para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da aplicação deste Edital, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Belford Roxo, 04 de outubro de 2021.



Fabio dos Santos Araujo
- Pregoeiro-

CÂMARA MUNICIPAL DE
BELFORD ROXO



TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II

1. OBJETO:

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de controle de acesso, para realizar o controle de entradas e saídas da Câmara Municipal de Belford Roxo.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. Justifica-se tais aquisições, para atender as necessidades desta Casa Legislativa.

- Catraca – A catraca tem a finalidade de trazer mais controle e organização, além de gerar mais segurança a todos que trabalham e/ou frequentam as dependências deste órgão público, assegurando que somente pessoas devidamente cadastradas tenham acesso as dependências desta Câmara Municipal.
- Controle de Acesso para os setores administrativos – O controle de acesso tem por finalidade a restrição de pessoas não autorizadas aos ambientes administrativos, proporcionando mais segurança aos funcionários, aos arquivos, materiais e equipamentos contidos nos setores.

Estas ações objetivam em dotar a Câmara Municipal de Belford Roxo de infraestrutura adequada para a melhoria da segurança tanto dos vereadores quanto dos funcionários, materiais e arquivos dos setores administrativos e visitantes.

3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

3.1. A comprovação de qualificação técnica da empresa será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, que comprove que a aludida empresa já executou as atividades relacionadas ao objeto deste Termo de Referência, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos serviços/materiais;

4. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

4.1. Os equipamentos deverão ser novos, lacrados e com garantia mínima de 12 (doze) meses.

4.2. CATRACA DE ACESSO:

- Reconhecimento de impressão digital com Leitor biométrico com sensor ótico, resistente a riscos e desgastes, igual ou acima 500 DPI e cartão de proximidade RFID (125Khz), tag, chaveiro;
- Com Urna: Para validação e coleta de crachás de visitantes;
- Acabamento em aço inox;
- Sistema de amortecimento do giro dos braços;
- Travamento automático dos braços;
- Permite sentido unidirecional e bidirecional;



- Sistema de relógio em tempo real, com opção de ajuste da data e hora, configuração do horário de verão. Com recurso de backup em bateria de lítio, mantendo a data e hora correta, caso o equipamento seja desligado ou por falta de energia elétrica da concessionária;
- Permite ligação com No-break para caso de falta de energia elétrica da concessionária;
- Integração da catraca com outros softwares;
- Faz o gerenciamento do acesso de pessoas, suportando mais de 200 acessos por hora;
- Indicação visual do sentido da liberação do giro;
- Pode trabalhar com comunicação direta com um computador (on-line), Stand Alone (off-line);
- Faz gerenciamento de acesso, de 2.000 matrículas ou acima;
- Possui configuração e coleta de dados no equipamento;
- Software Integrado completo de gerenciamento de controle de acesso via web e/ou local para o cadastro junto ao Recursos Humanos;
- Equipamento dotado de porta USB para importação e exportação de dados e coleta de eventos;
- Possível colocar vários tipos de leitora de diversos fabricantes;
- Sistema de expansão para relês;
- Contém menu interno de configurações, para ajustar o funcionamento da comunicação e realizar cadastro de digitais;
- Possui controle de acesso eletrônico;
- Display gráfico de cristal líquido;
- Comunicação TCP/IP, USB;
- Conexão via Ethernet, USB;
- No-break de autonomia estimada de pelo menos 4 horas ou mais, 110V/220V.

4.3. CONTROLE DE ACESSO AOS SETORES ADMINISTRATIVOS:

- **Reconhecimento Facial, por senha, cartão de proximidade RFID (125Khz) e biometria digital;**
- Capacidade para 2.000 usuários ou mais;
- Conexão via Ethernet, USB;
- Comunicação TCP/IP;
- Display touch screen LCD TFT;
- Integração com outros softwares;
- Identificação por leitor de proximidade para cartão, tag, chaveiro e Smartphone;
- Método de autenticação por senha, cartão de proximidade RFID (13,56MHZ);
- Botão de Saída em inox;
- Compatível com fechaduras eletroímã e eletromecânica;
- Suporte de Fixação Parede caso precise;
- Software Integrado completo de gerenciamento de controle de acesso via web e/ou local para o cadastro junto ao Recursos Humanos;



- Mola Hidráulica Aérea Para Portas de metal ou madeira até 80kg, fechamento ajustável entre 180° e 20° e fechamento final entre 20° e 0°, regulagem sem removê-la da porta, funcionamento Hidráulico mecânico, instalação reversível Direita / Esquerda;
- Uma Fechadura Eletroímã de no mínimo 150Kgf;
- Autonomia de pelo menos 4 horas ou mais, caso o equipamento seja desligado ou por falta de energia elétrica da concessionária;
- Um leitor digital de mesa 500dpi (USB) para cadastro junto ao Recursos Humanos;
- Um No-break de autonomia estimada de pelo menos 4 horas ou mais, 110V/220V (caso precise).

4.4. DEMAIS MATERIAIS:

- 100 unidades de Cartões RFID (125Khz);

5.ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

5.1. INSTALAÇÕES E IMPLANTAÇÕES

- a) Caberá a CONTRATADA todo o processo de planejamento, a instalação, a configuração e os testes dos PRODUTOS, que deverão ser integrados à infraestrutura de Tecnologia de Informação existentes nos respectivos locais de instalação dos PRODUTOS;
- b) Caberá a CONTRATADA, a obrigatoriedade de instalar e configurar, a critério exclusivo da Câmara Municipal de Belford Roxo, as atualizações e correções de todos os firmwares fornecidos;
- c) Será realizada a 1ª reunião (kick-off) para início da implantação, a ser agendada pela Câmara Municipal em até 10 dias corridos após a assinatura do contrato;
- d) Nesta reunião deverá ser apresentado Plano de Trabalho, composto pelas minutas do PLANO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS PRODUTOS e PLANO DE INTEGRAÇÃO DOS PRODUTOS, para análise técnica juntamente com a equipe de fiscalização da Câmara Municipal de Belford Roxo;
- e) Em até 05 dias corridos após a reunião, a CONTRATADA deverá apresentar a versão final para validação dos documentos supramencionados, sendo:

I. PLANO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS PRODUTOS – neste documento deverá constar, no mínimo a relação completa dos equipamentos a serem fornecidos, discriminando detalhadamente a finalidade de cada um. O plano deverá contemplar e detalhar todos os serviços de instalação e configuração, bem como estabelecer procedimentos de testes de conexão e desempenho da rede para cada etapa de instalação e configuração concluída. Deverá ser informado prazo total para demonstração da Solução, entrega dos produtos, instalação e configuração da Solução que não poderá ter um prazo superior a 90 dias. Deverá ser informado o prazo para a conclusão de cada etapa do serviço de entrega e instalação;

II. RELATÓRIO FINAL DE IMPLANTAÇÃO – neste documento deverão constar todas as informações geradas pela CONTRATADA abordando os aspectos de configuração e testes no ambiente de rede da CMBR;

A partir do aceite deste Relatório pela Administração, será elaborado pela Administração o

Termo de Aceitação Final.



5.2. SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E/OU MANUTENÇÃO CORRETIVA

- a) A CONTRATADA prestará os serviços de assistência técnica e/ou manutenção corretiva dos equipamentos, durante o período contratual que será o mesmo período de garantia dos equipamentos, no local de instalação dos equipamentos (“on site”) ou na impossibilidade, no centro de manutenção próprio (externo);
- b) Os serviços de manutenção serão prestados durante o período de garantia 12 (doze) meses a contar do **Termo de Aceitação Final**;
- c) A CONTRATADA deverá assegurar a assistência técnica necessária à satisfatória utilização dos PRODUTOS, no que consiste à manutenção de hardware, instalação, reinstalação de até 3 (três) equipamentos por ano e atualização de firmwares internos dos equipamentos, de modo a não haver discordâncias e defasagens tecnológicas em relação às atualizações dos softwares em uso pelos mesmos;
- d) As reinstalações previstas também poderão incluir ocorrências em função de mudanças da sede da CMBR;
- e) A CONTRATADA prestará serviço de atualização de firmware que caracterize melhoria no desempenho, em termos de segurança, produtividade, contingência ou outros benefícios. Isto poderá ocorrer por iniciativa de ambas as partes, sempre com anuência da CMBR.
- f) A CONTRATADA deverá garantir que os equipamentos fornecidos sejam mantidos com os seus respectivos firmwares atualizados na última versão, em concordância com as atualizações que vierem a ser implementadas nos softwares que fazem uso e sem ônus adicional à CMBR.
- g) A manutenção corretiva basicamente compreenderá a correção de defeitos e reparos dos equipamentos, incluindo as necessárias substituições de partes ou peças;
- h) A CONTRATADA prestará serviços de manutenção corretiva dos equipamentos no local de instalação dos mesmos, e será responsável pela entrega e instalação das peças de substituição, retirada das peças com defeitos e, se necessário, deverá efetuar quaisquer reconfigurações dos equipamentos;
- i) **A CONTRATADA** deverá fornecer garantia total para todos os equipamentos e serviços que vierem a ser instalados ou substituídos, pelo prazo de 01 (um) ano – (12 meses), a partir da data de assinatura do **Termo de Aceitação Final**, em observância às determinações da Lei, independentemente dos acessórios ou outros equipamentos que estejam, a estes, conectados.

6. ELEMENTOS PARA A PROPOSTA COMERCIAL:

6.1 Será julgada vencedora a proposta que, atendendo a todos os requisitos técnicos previstos neste Termo de Referência, ofertar o **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**, devendo o preço proposto incluir todos os custos diretos e indiretos pertinentes.

7. PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE
BELFORD ROXO

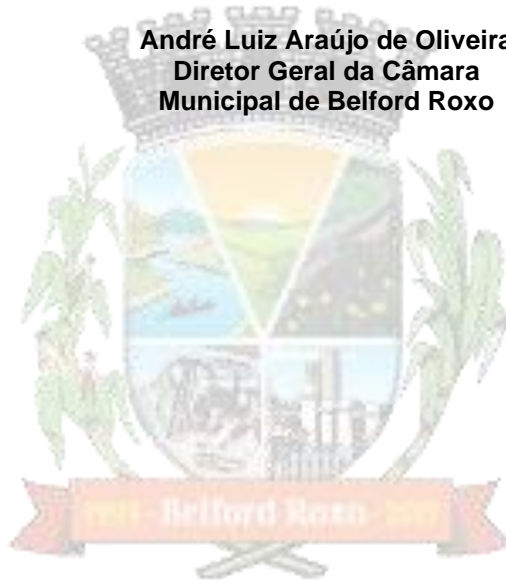
PROCESSO N°. 01556/2021 – EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N°. 010/2021

8. PENALIDADES:

8.1. No caso de inexecução contratual (total ou parcial) poderão ser aplicadas sanções administrativas em conformidade com os artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93.

Belford Roxo, 26 de agosto de 2021.

André Luiz Araújo de Oliveira
Diretor Geral da Câmara
Municipal de Belford Roxo



CÂMARA MUNICIPAL DE
BELFORD ROXO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE
BELFORD ROXO

PROCESSO N°. 01556/2021 – EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N°. 010/2021

FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA – ANEXO II

DATA: ___/___/2021.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de controle de acesso, para realizar o controle de entradas e saídas da Câmara Municipal de Belford Roxo.

RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

INSCR. NO CNPJ:

TELEFONE:

INSCR. ESTADUAL:

FAX:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	CATRACA DE ACESSO, conforme especificações contida no item 4.2 do Termo de Referência.	UN	01			
02	CONTROLE DE ACESSO AOS SETORES ADMINISTRATIVOS, conforme especificações contida no item 4.3 do Termo de Referência.	UN	01			
03	Cartões RFID(125Khz), conforme especificações contida no item 4.4 do Termo de Referência.	UN	100			

1 - PREÇO TOTAL OFERTADO:

1.1 - O preço total ofertado é R\$ _____ (Por Extenso).

1.2 - O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do edital do pregão nº 010/2021.

DATA: ___/___/2021.

Carimbo da Firma e Assinatura do Representante Legal da Empresa



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE
BELFORD ROXO

PROCESSO N°. 01556/2021 – EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N°. 010/2021

ANEXO III – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	QTD	UND	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	CATRACA DE ACESSO: <ul style="list-style-type: none">• Reconhecimento de impressão digital com Leitor biométrico com sensor ótico, resistente a riscos e desgastes, igual ou acima 500 DPI e cartão de proximidade RFID (125Khz), tag, chaveiro;• Com Urna: Para validação e coleta de crachás de visitantes;• Acabamento em aço inox;• Sistema de amortecimento do giro dos braços;• Travamento automático dos braços;• Permite sentido unidirecional e bidirecional;• Sistema de relógio em tempo real, com opção de ajuste da data e hora, configuração do horário de verão. Com recurso de backup em bateria de lítio, mantendo a data e hora correta, caso o equipamento seja desligado ou por falta de energia elétrica da concessionária e demais especificações conforme Termo de Referência.	1	UND	R\$ 8.422,00	R\$ 8.422,00
2	CONTROLE DE ACESSO AOS SETORES ADMINISTRATIVOS: <ul style="list-style-type: none">• Reconhecimento Facial, por senha, cartão de proximidade RFID (125Khz);• Capacidade para 2.000 usuários ou mais;• Conexão via Ethernet, USB;• Comunicação TCP/IP;• Display touch screen LCD TFT;• Integração com outros softwares;• Identificação por leitor de proximidade para cartão, tag e chaveiro;• Método de autenticação por senha, cartão de proximidade RFID (125Khz);• Botão de Saída em inox;• Compatível com fechaduras eletroímã e eletromecânica; e demais especificações conforme Termo de Referência.	1	UND	R\$ 5.312,72	R\$ 5.312,72
3	Cartões RFID(125Khz).	100	UND	R\$ 7,97	R\$ 797,00
TOTAL GLOBAL					R\$ 14.531,72



ANEXO IV

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(timbrado da empresa)

Belford Roxo, ___ de ____ de 2021.

Ref.: Pregão Presencial N° 010/2021.

Pelo presente instrumento, através de seu representante legal infra-assinado credencia o Sr. _____, residente na _____, portador da carteira de identidade nº _____, expedida pelo _____, outorga-lhe poderes para representar esta empresa, _____, inscrita no CNPJ _____, com sede na _____, na sessão pública do Pregão nº 010/2021, autorizando o seu representante formular ofertas e lances de preços na sessão, manifestar a intenção de recorrer e de desistir dos recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Nome Completo e assinatura do
Representante legal e carimbo



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO nº. 010/2021

_____, inscrito no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____ **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

CÂMARA MUNICIPAL DE
BELFORD ROXO

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO n°. 010/2021

_____, com sede na
(razão social da empresa)

_____, inscrita no CNPJ n°. _____, vem, por intermédio de seu
(endereço)

representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n°. _____ e do CPF
n°. _____, em atenção ao disposto no art. 4º, VII, da Lei Federal n°. 10.520/02, declarar que cumpre
plenamente os requisitos exigidos para a habilitação na licitação modalidade Pregão n°. 010/2021 da
Câmara Municipal de Belford Roxo.

Declara, ademais, que não está impedida de participar de licitações e de contratar com a
Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.

.....
(data)

.....
(representante legal)

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

Ref.: PREGÃO n°. 010/2021

_____, com sede na

(razão social da empresa)

_____, inscrita no CNPJ n°. _____, vem, por intermédio de seu

(endereço)

representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n°. _____ e do CPF n°. _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar n° 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

.....
(data)

.....
(representante legal)

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa